

NOTAS SOBRE FORMAS DE EXISTÊNCIA.

NOTES ON FORMS OF EXISTENCE

Iraci del Nero da Costa ¹

RESUMO: Neste escrito vão reunidos três textos de minha autoria nos quais tratei das distintas formas de existência que se apresentam aos seres humanos. Com base na visão própria da teoria do conhecimento, busquei identificar distintas formas de existência, caracterizar os campos do real, do material e do ideal e descrever algumas das relações que tais campos mantêm entre si. Tal abordagem possibilitou a integração em um todo único de importantes elementos filosóficos desenvolvidos por K. Marx e G. F. Hegel.

PARAVRAS-CHAVE: existência real, existência material, existência ideal, espaço e tempo.

ABSTRACT: In this paper three texts of my authorship are gathered in which I deal with the different forms of existence that present themselves to human beings. Based on my own view of the theory of knowledge, I have tried to identify different forms of existence, to characterize the real, material, and ideal fields and to describe some of the relationships that these fields hold among themselves. Such an approach made possible the integration into a single whole of important philosophical elements developed by K. Marx and G. F. Hegel.

KEYWORDS: real existence, material existence, ideal existence, space and time.

I. VISÃO GLOBAL

O real é o ambiente dos homens. Existimos no plano real.

Só é real o que existe para nós (para a consciência dos homens), ou seja, o que pode ser colocado como objeto para nós (para a consciência). Note-se que consciência (ou pensamento) denota consciência-e-ação, consciência+ação, consciência-ação, enfim uma totalidade: a práxis. Mesmo se a ação for inintencional, nela estará inscrita a consciência; mesmo que não se alcance o conhecimento da ação (e/ou do objeto dela) a consciência igualmente estará presente (fazem, mas não sabem). Lembre-se, ademais, que o fato de uma coisa se colocar como objeto da consciência-ação não implica seu pleno conhecimento e que "depende da consciência" não implica a presença "consciente" da consciência.

Se uma coisa "existe" mas não se colocou (foi colocada) como objeto para nós, ela não existe objetivamente, ela não é real, ela não é realidade objetiva, ela não existe no plano real. A coisa *em si* não existe objetivamente, o que existe objetivamente (como objeto, como nosso objeto, como objeto para nós) é a coisa para nós. É nesse sentido que o homem (a consciência)

¹ Professor Doutor Livre-docente aposentado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (Brasil).

coloca, põe, o real.² Neste sentido, *o real, a realidade objetiva, a objetividade* é um *devir*, um vir-a-ser. É este, a meu ver, o lado *ativo* da afirmação de Marx: "The main defect of all hitherto-existing materialism — that of Feuerbach included — is that the Object [...], actuality, sensuousness, are conceived only in the form of the object [...], or of contemplation [...], but not as human sensuous activity, practice [*Praxis*], not subjectively (Grifo nosso, IDNC)." ³

Toda coisa que "existe" poderá devir, poderá ser colocada como *objeto* para nós. Isto significa que uma "coisa" que não puder ser colocada (não puder devir) como *objeto para nós* simplesmente não existe no plano do real, *não existe realmente*.

Consideremos a matéria: postulamos que matéria é aquilo que existe fora da consciência e dela independe; o espaço e o tempo são formas de existência da matéria e a ela vinculam-se indissociavelmente, assim não há matéria fora do espaço e do tempo, nem há espaço e tempo independentemente da matéria.

Assim, Deus é *real*, porém não é *material*, isto porque ele só "existe" na consciência e a sua "existência" *depende* da consciência, ou seja: se não o tivéssemos pensado ele simplesmente não "existiria", ele não seria *real*, porque não se definiria como objeto do pensamento. Porém, como ele já foi posto como objeto e como sempre poderá ser *objeto do pensamento*, ele sempre será *real* embora não seja e nunca possa vir-a-ser *material*.

Por outro lado: "esta pedra", "esta montanha", "a terra", "o universo", as *relações de produção*, além de *reais* (colocam-se como objeto do pensamento), são matéria (são materiais) porque existem e subsistem (continuarão a existir) fora da consciência e independentemente dela. Mas existem diferenças na materialidade, uma é *fisicamente dada*, outra é *socialmente dada* (apresenta-se como *materialidade puramente social*). A *terra* é fisicamente dada – ela existe fora da consciência e independentemente dela. As *relações de produção* são dadas socialmente, isto porque elas não existiriam (e não subsistiriam) independentemente da sociedade. As relações de produção capitalistas também são *socialmente dadas*. Elas existem fora da consciência (enquanto

² O fato de a consciência colocar (pôr) o real não a impede de alcançar os fundamentos, as leis, que regem a esfera material. A ela está aberta a possibilidade de conhecer tanto as leis que regulam a matéria como as que presidem a "transposição" do material em real; leis essas, ademais, que existem no âmbito material, não se confundindo, portanto, com nenhuma forma de psicologismo.

³ (MARX, Karl. *Theses On Feuerbach*. Cf. Referência Bibliográfica) Tradução, do alemão, efetuada por Ruy Fausto: "O defeito principal (...) de todo materialismo [que houve] até aqui (inclusive o de Feuerbach) é que o objeto, a realidade efetiva, a sensibilidade só foram apreendidos sob a forma do *objeto* e da *intuição* (...); mas não como *atividade humana sensível, praxis*, não subjetivamente (...)." (FAUSTO, 2002, p. 172)

relações de produção), mas não existem independentemente da consciência (enquanto capitalistas). Daí que as relações de produção (capitalistas, feudais etc.) apresentem uma *materialidade puramente social*. É por isto que esta é uma matéria distinta: os homens dão a *forma* (capitalista etc.) a um *conteúdo* (relações de produção).

O conteúdo – relações de produção – é socialmente dado, e existe fora da consciência e independentemente dela.

A forma – capitalistas, feudais etc. – é socialmente dada, existe fora da consciência (enquanto "aderida" ao conteúdo) mas depende da consciência para existir e subsistir na medida em que é *posta* por ela.

Como conteúdo e forma são um todo solidário (são uma totalidade), estamos em face de uma materialidade puramente social. Quando afirmo que tal materialidade é puramente social estou afirmando: a) que tal matéria não pode existir e subsistir (continuar existindo) na ausência (independentemente) da sociedade e b) que tal matéria não pode existir e subsistir independentemente da consciência (responsável por sua forma).

Assim, pensar as *relações de produção tout court* como conteúdo é uma abstração; quando chegamos ao determinado – relações de produção de tal ou qual tipo (capitalistas, por exemplo) –, somos obrigados a pensar *conteúdo e forma*, daí afirmarmos que as relações de produção (capitalistas no nosso exemplo) têm uma materialidade *puramente social*. Adiante voltaremos a esta questão.

FORMAS DE EXISTÊNCIA

Do acima exposto pode-se inferir que a *Existência* (ou *Existir*) comporta várias acepções (determinações). Vejamos algumas delas.

1. *Existir como real ou realmente* – a coisa existe porque se coloca como objeto do conhecimento (de nossa consciência). Trata-se da *realidade objetiva*.

2. *Existir como matéria ou materialmente e como real* – a coisa existe porque se coloca (colocou ou foi colocada) como objeto do conhecimento (da consciência) – vale dizer, é real – e, além disso, existe e subsiste (continua existindo) independentemente e fora da consciência. Portanto, ela *existe objetivamente* (é real) *e* existe independentemente e fora da consciência (é material). Trata-se de um *real-material*, ou, se quisermos, de um material que foi posto (reproduzido) pela *práxis* como real (um material que veio-a-ser real).

3. "Existir" como material (materialmente) sem existir como real (realmente) trata-se de um algo – *note-se que o que existe objetivamente não é este algo, mas a possibilidade de existência de um algo; enfim, estamos admitindo aqui, tão somente, que não somos oniscientes* – que existe materialmente, mas que ainda não se colocou (foi colocado) como objeto do conhecimento. Esta é uma dimensão do devir: é o material que *poderá* vir-a-ser *real*. Neste sentido é um "falso" existir porque, embora exista materialmente, *ainda* não existe realmente. *Para nós*, este algo não existe (porque não é real), mas poderá vir a existir quando se colocar como objeto do conhecimento (da consciência) – quando se colocar (for colocado) *objetivamente* –, quando for realidade objetiva. Este algo não existe objetivamente (embora exista materialmente) e, neste sentido, sua existência é *absolutamente* indiferente para nós (porque ela não é real, não existe *para nós*). Enfim, estamos em face de um "falso" existir: este algo não existe para nós porque *não existe objetivamente para nós* ou porque, *objetivamente*, ele não existe para nós, embora possa *vir a existir realmente* (devir). *Essa dimensão do devir coloca (passa) o material como real.*

4. Existir objetivamente sem existir materialmente. Temos, aqui, dois casos; vejamo-los.

4.1. A coisa existe objetivamente (é objeto da consciência) e virá-a-ser (devirá) uma "existência" *material*. Isto é, virá-a-ser algo material, vale dizer: virá a existir fora da consciência e independentemente dela – enquanto conteúdo – e dela dependerá enquanto forma. É o caso do socialismo (como projeto) que existe realmente, existe objetivamente, é realidade objetiva ainda não materializada, pois sua materialização depende da ação dos homens (guiada pela consciência). Esta é outra dimensão do devir. Esta coisa virá-a-ser, virá a existir, *materialmente* porque *o agir dos homens* (guiado pela consciência) a fará "passar" do real (da existência objetiva) ao material (à existência fora da consciência e dela independente – enquanto conteúdo – e dela dependente, enquanto forma).

Esta dimensão do devir coloca (passa) o real como material; trata-se, como visto, de uma materialidade puramente social.

4.2. A coisa existe objetivamente (é objeto da consciência) e *não* virá-a-ser (não devirá) uma "existência" material. Ela é objeto da consciência (é real, é realidade objetiva), *porém* não existe e não existirá (não pode existir) *fora da consciência e independentemente dela*. Trata-se de um *real-ideal*, de uma *realidade objetiva ideal*. Deus é real, só que é um real-ideal, isto porque ele não existe (nem virá-a-ser, nem devirá) materialmente. Ele não existe (nem devirá) fora da consciência e independentemente dela. Sob esta forma de existência enquadram-se, ainda, as

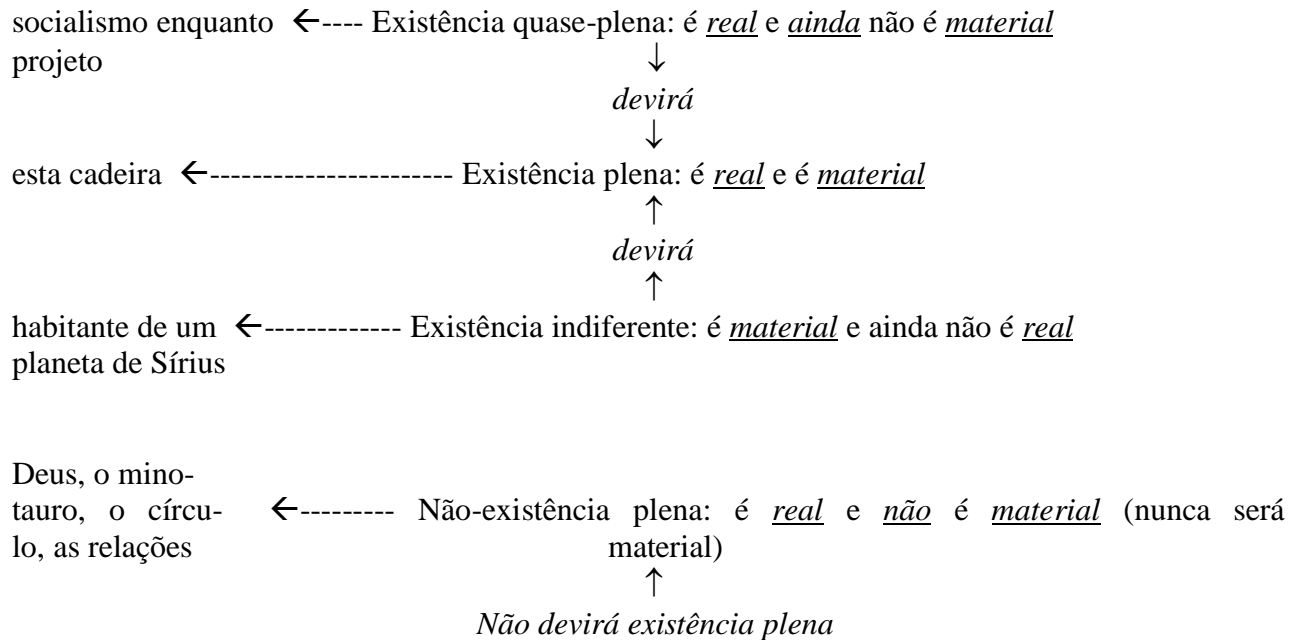
relações entre coisas (igualdade, dessemelhança, "o dobro", "a metade" etc.) e os elementos matemáticos (ponto, linha, círculo, os números, as raízes, as razões, as proporções, exponenciais, diferenciais, integrais etc); o círculo, por exemplo, trata-se de um objeto ideal, mas que se impõem a nós, eu não posso falar o que quiser do círculo, como posso fazer, por exemplo, com respeito a um animal mitológico ou a uma personagem de um romance. Mais ainda, tais objetos colocam-se fora do tempo, e são como que achados (descobertos) pela mente, vale dizer: se a humanidade deixasse de existir, uma nova humanidade voltaria a "descobrir" tais objetos. Ao que parece define-se, assim, uma região do campo do real integrada por objetos que têm uma EXISTÊNCIA LATENTE, ou seja, eles se "explicitam" quando postos ("descobertos", "reconhecidos") pelo pensamento; sua existência é latente porque, como avançado, tais objetos e suas propriedades só se revelam quando pensados, quando "achados-gerados" pela consciência. De toda sorte, tais objetos, colocados fora do tempo, não existem fora e independentemente da consciência; não têm e nunca terão existência material.

SOBRE A EXPANSÃO DO REAL

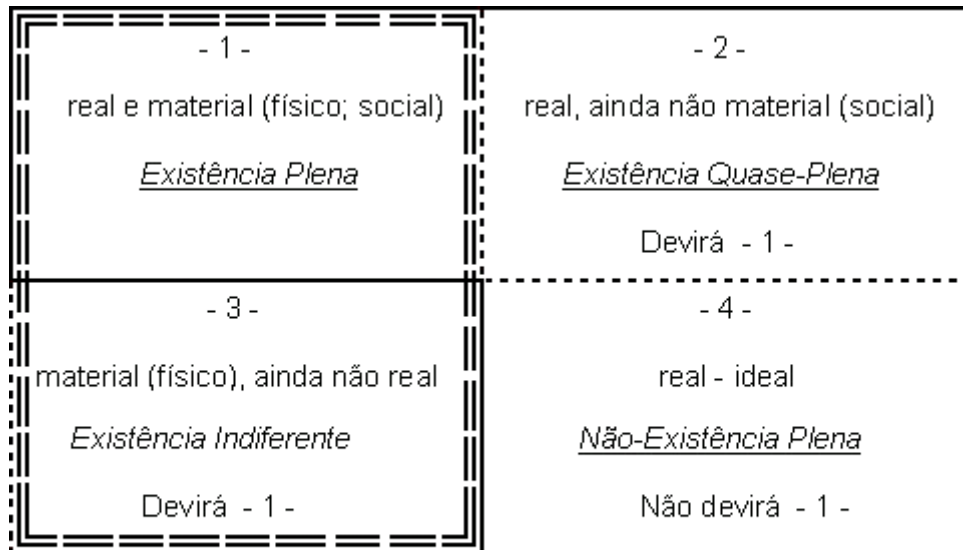
Estamos em face, pois, de distintas "formas" de existência. Recordemo-las:

1. EXISTÊNCIA PLENA. Existe como realidade objetiva e existe como matéria.
2. EXISTÊNCIA QUASE-PLENA. Existe como realidade objetiva e virá a existir como matéria (como matéria puramente social). Devirá, virá-a-ser existência plena.
3. EXISTÊNCIA INDIFERENTE. Existe como matéria e virá (poderá vir) a existir como realidade objetiva. Devirá, virá-a-ser ou poderá vir-a-ser existência plena.
4. NÃO-EXISTÊNCIA PLENA. Existe como realidade objetiva e não existirá como matéria. Trata-se de uma realidade objetiva ideal. Não devirá, não virá-a-ser existência plena. Sob esta forma alberga-se, também, a EXISTÊNCIA LATENTE.

O processo do vir-a-ser, do devir, promove, pois, um contínuo alargamento da existência plena, ou do que se poderia chamar "campo do real-e-material". Vejamos em termos esquemáticos e gráficos a representação de tais "existências", "campos" e "processos".



ALARGAMENTO DO CAMPO DO REAL-E-MATERIAL



realidade objetiva, ou campo do real = 1U2U4.
 matéria ou campo do material = 1U3.

SOBRE A DIALÉTICA DAS FORMAS DE EXISTÊNCIA

É preciso estudar a dialética dessas existências, é preciso estudar as relações entre essas formas de existência. Atenhamo-nos, a alguns exemplos.

1. Penso, aqui, no processo do conhecimento. Admitamos, para fins de desenvolvimento do raciocínio, que a partícula X é material, mas que ainda não a verificamos como material porque só a sabemos como real uma vez que ela foi inferida matematicamente pelos físicos. Trata-se, pois, de uma falsa existência plena, isto porque tal partícula é material, é real, mas ainda não é material e real. Isto é, a sua materialidade ainda não tem um caráter real e a sua realidade ainda não tem um caráter material.

Ou seja, ela é material, mas nós ainda não a colocamos, enquanto tal (a partir dela enquanto material), como objeto de nosso conhecimento (como real). Nós a colocamos como real a partir da inferência lógica. Nós temos de "procurá-la" como material para sabermos que não se trata de um real-ideal.

Em suma, tal partícula impõe-nos o que podemos chamar Falsa Existência Plena: é material, mas nós não a sabemos como tal, pois apenas admitimos sua materialidade; é real, mas nós não sabemos se se trata de um real-ideal.

Das duas uma, a Falsa Existência Plena devirá: Existência Plena, se verificarmos sua materialidade; Não-Existência Plena, se verificarmos sua não materialidade concluindo, pois, por sua "idealidade".

Ademais, na medida em que a Falsa Existência Plena existe (ainda que apenas potencialmente), ela representa mais uma forma, mais uma dimensão, da Existência. Isto nos leva a pensar nas coisas que são inferidas logicamente, consideremos, pois, o caso dessas coisas.

2. Sempre que a coisa é inferida logicamente (ela existe objetivamente, é real) nós poderemos nos deparar com os seguintes casos (possibilidades):

a. Ela existe materialmente, mas nós ainda não a sabemos como material. Se nós verificarmos sua materialidade, então ela será material e real (existência plena). Note-se que não estamos a tratar com a existência indiferente, pois na existência indiferente a coisa devirá como real a partir de sua materialidade, ela se imporá a nós como um cometa absolutamente desconhecido que cai sobre nossa cabeça.

b. Ela não existe materialmente, isto é ela não se verifica materialmente. Neste caso teremos um real-ideal; trata-se, pois, da não-existência plena.

c. Ela ainda não existe materialmente porque nós ainda não a pusemos como matéria (matéria puramente social); estamos em face, pois, da existência quase-plena.

3. A materialidade física tem uma só determinação para conteúdo e forma (conteúdo-forma). Assim, conteúdo e forma existem *fora da consciência e independentemente dela*.

DETERMINAÇÕES DA MATERIALIDADE PURAMENTE SOCIAL

Já a materialidade social é mais determinada, existem duas determinações para conteúdo-forma. A primeira refere-se ao conteúdo e existe fora da consciência e dela independe. Assim, as *relações de produção* representam o conteúdo das relações de produção determinadas (isto é, feudais, capitalistas etc.). A segunda determinação refere-se à forma, a qual *depende* da consciência (vale dizer, da ação dos homens). Assim, ainda que os homens responsáveis por sua instituição não o saibam, o caráter (a forma) feudal, capitalista etc. das relações de produção determinadas dependem da consciência.

Como conteúdo-forma é uma totalidade, as relações de produção capitalistas, enquanto *relações de produção*, existem *fora* da consciência e dela *independem*, mas, enquanto *capitalistas*, embora existam fora da consciência, dela *dependem*.

A materialidade social é distinta da física porque não independe da existência da sociedade; vale dizer, as relações de produção não existiriam e não subsistiriam (continuariam a existir) na ausência da sociedade (isto, de resto, parece óbvio). De outra parte, como se trata de uma materialidade puramente social, define-se outra diferença: enquanto o conteúdo é dado fora da consciência e independentemente dela, a *forma* existe fora da consciência (enquanto "aderida" ao conteúdo), mas dela depende, ou seja: a forma é *posta* (criada) pela consciência.

Enfim, os homens não podem "fugir" às relações, mas podem determinar – e, no limite, *decidir* – que *tipo* de relações manterão.

Há, aqui, uma outra diferença a assinalar. No mundo material físico, a forma e o conteúdo nos são dados, resta-nos, tão somente, *mudar a forma* como a matéria se apresenta. No mundo material social apenas o conteúdo é dado, o homem não muda a forma, mas *põe, cria, produz*, a forma. Esta é uma das dimensões da afirmação de que o homem é um ser ontocriativo. Assim, na materialidade social estará sempre inscrita a presença da vontade (da consciência, ou do espírito caso se queira) dos homens.

É preciso considerar, ademais, que aquilo que existe realmente, porém ainda não tem existência material, não virá a existir materialmente *no sentido físico*. Sua materialidade será *socialmente dada* (ou *puramente social*) porque não independe da sociedade.

O homem – o qual, aliás, já se define como *produto* da sociedade – não pode *criar matéria* a não ser *matéria puramente social*; ou, dito de maneira afirmativa: a matéria criada pelo homem tem uma *materialidade puramente social*.⁴

II. UMA RELAÇÃO POSSÍVEL ENTRE "FORMAS DE EXISTÊNCIA" E OS ESTADOS CEREBRAIS E MENTAIS

Acredito que um mesmo estado cerebral, ou neurofisiológico, pode causar distintos estados mentais. Isto em decorrência das vivências ou experiência, dos valores e da maneira de ver o mundo próprias de cada indivíduo. Isto significa, também, que um mesmo estado mental pode ser relacionado a distintos estados cerebrais. Tal postulação vale tanto para indivíduos distintos como para a mesma pessoa tomada em diferentes momentos do tempo.

Ademais, estados mentais conscientes podem condicionar os estados neurofisiológicos. Assim, embora a relação causa-efeito repouse sobre os estados neurofisiológicos, é preciso ter presente que o efeito rebate sobre a causa, condicionando-a. Destarte, o "resultado" deve ser visto em termos da interação dos dois estados, que não existem isolada e autonomamente.

Pode-se dizer que o estado cerebral existe no plano natural (ou material); já o estado mental situa-se no plano cultural (ou real). Suas determinações, não obstante, colocam-se tanto na esfera natural como na cultural. Tal fato, creio, é um dos elementos que vinculam aquelas duas órbitas (mente e corpo) de sorte a fazê-las indissociáveis.

É este inter-relacionamento mente-corpo, penso, que dá embasamento à minha opinião exposta acima segundo a qual "O *real* é o ambiente dos homens. Existimos no *plano real*. Só é real o que existe para nós (para a consciência dos homens), ou seja, o que pode ser colocado como *objeto* para nós (para a consciência). Note-se que consciência (ou pensamento) denota consciência-ação, consciência+ação, consciência-ação, enfim uma totalidade: *a práxis*. Mesmo se a ação for inintencional, nela estará inscrita a consciência; mesmo que não se alcance o conhecimento da

⁴ Esta primeira parte deste escrito foi publicada sob o título "Considerações sobre distintas formas de existência" em: *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. NEHAC, jul./dez. de 2013, vol. 10, ano X, n. 2.

ação (e/ou do objeto dela) a consciência igualmente estará presente (fazem, mas não sabem). Lembre-se, ademais, que o fato de uma coisa se colocar como objeto da consciência-ação não implica seu pleno conhecimento e que 'depende da consciência' não implica a presença '*consciente*' da consciência. Se uma coisa 'existe' mas não se colocou (foi colocada) como *objeto para nós*, ela não existe *objetivamente*, ela não é *real*, ela não é *realidade objetiva*, ela não existe no plano real. A coisa *em si* não existe objetivamente, o que existe objetivamente (como objeto, como *nosso objeto*, como *objeto para nós*) é a coisa *para nós*. É nesse sentido que o homem (a consciência) *coloca, põe*, o real. Neste sentido, *o real, a realidade objetiva, a objetividade* é um *dever*, um vir-a-ser. É este, a meu ver, o lado *ativo* da afirmação de Marx: 'A falha fundamental de todo o materialismo precedente reside em que só capta o objeto (...) sob a forma de objeto ou de contemplação, não como atividade humana sensorial, como prática; *não de um modo subjetivo*.'"

Quando se transita do estado cerebral ao mental passa-se do natural ao cultural, ou seja, do material ao que chamo de real. Assim, para a consciência humana, o acesso ao material dá-se, sempre, por meio do real, vale dizer, só com a mediação da criação da esfera do real é que nos relacionamos, "nos pomos em contato", com o plano material. Dessarte, o material é "posto", pela consciência, como real. Esta implicação é acompanhada por outra, igualmente essencial para a compreensão de nossa maneira de ser, vejamo-la.

Na medida em que o plano do real é um "mundo" posto pela mente, uma esfera relativamente autônoma de nossa existência, ele dá sustentação ao campo do ideal, possibilitando, pois, sua existência. Em termos simples e alegóricos poder-se-ia dizer que a imaginação, fenômeno mental, gera um mundo próprio, o que chamo de campo do ideal, que independe do plano material e está inteiramente englobado no aludido campo do real.

Fica visto, pois, que as formas de existência do homem podem ser referidas aos mecanismos e processos que vinculam e relacionam os estados cerebrais com os mentais. Tal paralelismo deve restringir-se aos termos genéricos e sem maiores compromissos aqui adotados, pois, segundo penso, caso tentássemos dar seguimento a tal paralelo entre as relações mente-corpo e formas de existência correríamos o risco de cair em mero jogo de palavras.

III. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A LINGUAGEM

1. Para que um "algo" possa vir a ser colocado como objeto de nossa consciência (do pensamento) faz-se necessário o suporte da linguagem. Evidentemente, não se faz necessária a

existência de uma específica palavra para designar (denominar, denotar) esse algo, nem se impõe sua definição exaustiva, pois sempre nos resta a possibilidade de indicar esse algo como um *algo desconhecido*, ou como um *algo não reconhecido (não considerado) como conhecido*. Em suma, por via de regra reconhecemos o desconhecido como "um algo não conhecido"; nesse sentido pode-se dizer que "conhecemos" (reconhecemos) o que não conhecemos (ou melhor, uma parte daquilo que ainda não conhecemos). Como sabido, tal reconhecimento é o primeiro passo para chegarmos a conhecer o que ainda não consideramos conhecido. Vale dizer, *um algo ainda desconhecido que não possa ser posto como "não-conhecido" não poderá vir a ser conhecido (não poderá vir a ser alcançado pela nossa consciência)*.

2. É importante ter presente que se um algo efetivamente desconhecido for tomado (reconhecido) como um outro algo já conhecido, tal algo será assimilado ("erroneamente") a este outro algo já conhecido, permanecendo, portanto, efetivamente desconhecido. Evidentemente, nada impede que tal algo venha a ser identificado – mais cedo ou mais tarde, e em decorrência das mais variadas causas (as quais podem ser tanto de ordem empírica como exclusivamente de ordem conceitual) – como efetivamente desconhecido, abrindo-se, assim, o caminho para seu conhecimento efetivo.

3. Como visto, para que algo seja colocado como objeto de nossa consciência (de nosso pensamento) faz-se necessária a linguagem. Apenas ela permite o afastamento do imediato, afastamento este indispensável ao pensamento (à emergência da consciência). Nesse sentido, pode-se dizer que, por existirmos no plano do real, existimos no plano (no reino) da linguagem, da palavra. Nesse terreno, saber o que nos distingue dos demais animais, e em que medida deles nos distinguimos, coloca-se como uma desafiante fronteira do conhecimento. Pessoalmente, acredito que nesse terreno existem tanto saltos qualitativos como gradações quantitativas.

4. A revista *Science* (v. 305, n. 5687, 20 ago. 2004, p. 1093) divulgou alguns dos resultados do estudo de Peter Gordon, da Columbia University, intitulado "Numerical Cognition Without Words: Evidence from Amazonia". O autor efetuou experimentos com os índios Pirahã, habitantes da Amazônia brasileira, os quais são seminômades e mantêm-se isolados de nossa sociedade. O sistema numérico desses índios é expresso, tão somente, por três palavras: *hói*, que significa um, ou "cerca de um" ou "um punhado"; *hoí*, indica dois; e *aibai*, que designa "muitos". Em uma das experiências, e é esta que comento aqui, os índios e índias tinham de reproduzir uma série de pequenos riscos verticais desenhados pelo pesquisador. Ao repetirem o desenho de um ou dois

riscos, os Pirahãs o faziam com facilidade. O mesmo não ocorreu com respeito a um número maior de riscos; os índios não cumpriam a tarefa a contento, assim, por exemplo, enquanto três pequenas linhas (III) foram reproduzidas de maneira correta (III), cinco delas (IIII) viram-se reduzidas a apenas três (III). Enfim, os Pirahãs deixavam de "acertar" quando se defrontavam com mais de três riscos.

Para podermos aquilatar a dificuldade enfrentada pelos índios, pensemos em como nos sentiríamos se nos fosse solicitada a definição de uma pessoa "um pouco" morta, ou de uma mulher "muito" grávida. Lembre-se aqui que imaginar uma pessoa muito, muito depauperada não é pensar uma pessoa "um pouco" morta, assim como imaginar uma grávida com um imenso "barrigão" não é pensar uma mulher "muito" grávida!

Para os Pirahãs, provavelmente, não existe distinção entre 3, 4 ou 5 riscos, pois todos associam-se, indistintamente, ao conceito "muitos". Enquanto nós vemos III ou IIII riscos, eles "vêm" o conceito "muitos". De certa maneira nos defrontamos com situação similar à deles quando, atentando para dois relógios, "vemos" em 5 ou V a indicação de que são cinco horas. Esta "sinonímia" entre 5 e V (para nós) é a mesma que existe para eles entre III e IIII: nós dizemos "são cinco horas", eles dizem "muitos". Como humanos, tanto nós como eles vivemos no mesmo plano, o plano do real, do cultural, do conceitual, e não no plano imediatamente material. O que está aí (como algo material) é mediado pelo pensamento e transportado do plano material para o cultural, do plano exterior ao homem para o plano em que existimos (para o nosso *ambiente*, como se diria em linguagem hegeliana). Assim, o que podemos alcançar é, tão só, o que se coloca em nosso ambiente; por isso o Pirahã não alcança a distinção entre III e IIII, pois tal diferença simplesmente não ocorre em seu plano existencial.

TEMPO E ESPAÇO

A matéria, ao existir – sempre em movimento –, define o espaço e o tempo. O tempo como expressão da mudança e o espaço como expressão da dimensão. Assim, o espaço e o tempo são manifestações, são “maneiras de ser” da existência material.

O tempo é a medida da mudança da/na coisa.

O espaço é o estar-aí da coisa.

Tempo

==> Tempo como medida do movimento ou transformação (mudança) físico-químico-biológica.

==> Tempo como medida da mudança no plano psíquico (espiritual, da consciência, da mente).

Espaço

O espaço é simplesmente o estar-aí da coisa e se encerra nisso. Sua expressão é a extensão.

Ao se medir o "espaço percorrido", ou simplesmente ao se medir a extensão de algo, supõe-se mudança e, portanto, o tempo.

Notar que “espaço percorrido” é uma abstração o que EXISTE é o deslocamento (mudança). Como afirmado, o espaço e o tempo não existem como um algo, o que existe imediatamente é o estar-aí-da-coisa e a mudança; duas manifestações absolutamente distintas da coisa, porém que só se separam quando as tomamos como abstrações. Assim, espaço e tempo tornam-se “algo” no campo real (postos pela consciência, pela mente) e só podem ser tratados como algo nesse plano; nesta medida, aparecem como um algo descarnado, como meros seres fantasmagóricos que já perderam toda sua carnadura existencial e se transformaram em meras figuras do discurso. Com este discurso pode-se apreender muito, mas também se perde o que há de essencial e mais importante para se considerar no plano filosófico, pois, como afirmado: o tempo e o espaço não SÃO, o que É, é a coisa.

COMPILAÇÃO DE ALGUNS TEMAS CONCERNENTES AO "TEMPO"

Há elementos próprios das condições de existência do homem que podem ser considerados como a base concreta sobre a qual se assenta nossa concepção de tempo, de passado, de presente e de futuro. Vejamos alguns desses elementos.

1. O *presente* (agora) é a atualização do *futuro* que foi planejado no *passado*.

Existimos no tempo. O tempo é uma das dimensões de nossa existência. Projetamos, ou seja pensamos o que iremos fazer (*futuro*) e atuamos (*presente*) para realizar (tornar atual, tornar *presente*) o que foi pensado como futuro (o que projetamos no *passado*). Assim, ao efetivarmos

(ao tornarmos presente) algo que foi projetado (como futuro) estamos, de fato, atualizando um projeto que foi elaborado no passado (no momento em que o pensamos como futuro); nessa medida estamos sempre atualizando projetos passados, somos, pois, presas das resoluções já tomadas, somos prisioneiros do passado e, portanto, do tempo. Em suma, estamos "condenados" a existir no tempo.

Fica visto, pois, que o tempo é uma das dimensões da existência do homem: o homem existe no espaço e no tempo. Mais ainda, verifica-se que somos como que "prisioneiros" do passado, pois nossa ação presente representa a efetivação (a atualização) de algo que decidimos realizar, e tal decisão já se tornou passado (ou seja, foi tomada no passado); ademais, no momento em que tomamos tal decisão estávamos a projetar o que fazer, ou seja, o algo que projetávamos realizar existia como algo a ser feito, como algo "colocado" no futuro. Vale dizer, a cada momento estamos atuando de forma a efetivar algo que decidimos (no passado) fazer e que aparecia como um projeto, como um algo situado no futuro. Enquanto realizo aquele projeto já estou decidindo o que farei no futuro, e, quando for fazê-lo, como vimos, a decisão já pertencerá ao passado; isto significa que sempre estou obedecendo a decisões tomadas "no passado" e, neste sentido, nunca poderei "livrar-me" inteiramente do passado. Como se vê, o passado não é algo que "passou" e morreu, que ficou para trás e "não volta mais", pois o "passado" está dirigindo nossa ação presente e também comparece na parte do projeto que estou atualizando e que, portanto, ainda se coloca no futuro; vale dizer: o passado comparece tanto no presente como no futuro.

2. A própria consciência da categoria "tempo" decorre da práxis. Projeto ou planejo e passo a executar. Dai nasce a idéia do tempo, aliás a consciência, o raciocínio (o silogismo com seus 3 momentos só pode existir no tempo) só podem se desenvolver, só podem ser efetuados no tempo. Se não existíssemos no tempo viveríamos um eterno "aqui e agora", um eterno "presente" e tanto o raciocínio como a consciência não poderiam existir. Enfim, nós duraríamos no tempo, como os planetas e as bactérias, mas não existiríamos no tempo, nem o tempo existiria para nós, pois nos faltaria a consciência, faltar-nos-ia a capacidade de conhecer e, portanto, de acumular conhecimento; seríamos seres determinados biologicamente, o fato de existirmos no tempo nos faz seres determinados biológica e espiritualmente (ou mentalmente, caso se queira evitar confusões terminológicas).

No correr do tempo, acumulamos conhecimento de maneira consciente e sistemática; tal processo supera o modo quase exclusivamente "biológico" como se dá a "acumulação de

conhecimento" por parte de outros seres viventes. A este respeito parece-me muito esclarecedora a interpretação de A. Kojève sobre o pensamento de Hegel concernente à "consciência-de-si" e ao "sentimento-de-si": "Se o animal muda, se ele se ultrapassa, sua consciência-de-si, em vez de estender-se, se anula; ele se torna nada: morre ou desaparece tornando-se um outro animal (a evolução biológica não é histórica). Por isso é que, para Hegel, o animal não tem consciência-de-si, mas apenas um sentimento-de-si. A consciência-de-si que caracteriza o homem é necessariamente uma consciência que sempre se estende ou se transcende".

3. Mudamos no tempo em decorrência da consciência que alcançamos com respeito ao mundo e do conhecimento que acumulamos. Não nos é dado, presentemente, pensarmos como um selvagem que se encontre isolado da "civilização". Tomemos como exemplo o conceito de liberdade, o qual dominamos plenamente, vale dizer, sabemos a liberdade. Nosso selvagem é livre mas não sabe o significado de ser livre, tal significado só pode ser alcançado em face da ausência da liberdade, enfim, uma civilização só pode conhecer a liberdade depois de haver entrado em contato com a sua ausência, com a escravidão ou alguma forma de servidão.⁵ Da mesma forma, não podemos pensar como os antigos gregos para os quais os deuses eram tidos como elementos componentes da realidade e aos quais estava aberta a possibilidade de atuarem sobre a vida (a mente, a sorte e a morte) das pessoas. Enfim, para nós os mitos são projeções incapazes de atuarem concretamente em nossas existências; como sabemos, a eventual ingerência de "forças quiméricas" sobre nossas vidas terá de ser justificada à luz da psicologia, da psiquiatria e/ou da psicanálise. Destarte, a mudança acima referida é irreversível, ou seja, não podemos "voltar" a pensar e a sentir como os antigos gregos ou como os selvagens aqui referidos. Sobre este "pensar e sentir" podemos, apenas, estabelecer cogitações. O tempo e o saber nos mudaram definitiva e radicalmente.

4. Alguns povos da antiguidade não edificaram uma história: China, Egito, Índia. A história como criação grega não tomou o tempo como elemento central, pois o objetivo de Heródoto era o

⁵ Tomemos o índio não aculturado, ele é livre mas não se sabe livre, aqui a liberdade existe *em si*, não é objetiva, não é real, é apenas material, materialmente dada. O índio é livre *em si*, não é livre realmente, não é objetivamente livre, pois é, apenas, materialmente livre. O próprio conceito, a categoria, "liberdade" não existe para tal índio. Assim como a felicidade absoluta, a liberdade absoluta só pode existir no plano material, pois nesta condição, por suposto, não se "sabe" a falta de liberdade ou a infelicidade. Tanto a felicidade como a liberdade só podem ser "sabidas", ser definidas, por contraposição à infelicidade e à falta de liberdade, enfim, só se pode saber que se é livre (a categoria liberdade) se houver a falta de liberdade. Assim, o índio é livre, mas a liberdade não existe para ele e nesta medida ele é um simples objeto da liberdade, não se sabe livre e não dispõe, no âmbito de seu mundo mental, de sua cultura, da própria categoria "liberdade". Ou seja o índio não é livre *para si*, embora o seja *em si*.

de guardar para gerações futuras a memória dos grandes feitos de gregos e persas. Já a cultura judaico-cristã emprestou ao tempo (ao correr do tempo) altíssima relevância, pois o incorporou ao seio de suas crenças: a vinda do messias para uns, o retorno de Cristo para outros.

5. Para se postular que a história pode ser tomada como irrelevante é preciso conhecer nossa experiência passada, ou seja, a própria história. É essa a contradição na qual se perdem os que desprezam o papel representado pelo conhecimento histórico no processo de reconhecimento, por parte dos homens, das possibilidades abertas à humanidade quanto à geração de um futuro posto conscientemente pelo homem; vale dizer, quanto à possibilidade de o homem tornar-se senhor autoconsciente de seu futuro, desprendendo-se, assim, definitivamente, nos âmbitos socioeconômico e político, do mundo natural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política, investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*, tomo III. São Paulo: Ed. 34, 2002, 320 p.

MARX, Karl. *Theses On Feuerbach*. Disponível em:
<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/theses/index.htm>